**FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORX[[1]](#footnote-1)S EM GÊNEROS E SEXUALIDADES: UMA PESQUISA NOS/DOS/COM OS COTIDIANOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Renan Corrêa (UERJ/FFP)

Denize Sepulveda (EDU/UERJ)

José Antonio Sepulveda (FeUFF/UFF)

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada em uma universidade pública em São Gonçalo-RJ. Devido a violência com a população LGBTQIAPN+ em nosso país, enquanto educadorxs, sempre estivemos preocupadxs com a formação inicial de docentes no que tange as questões dos gêneros e das sexualidades, pois acreditamos que a educação é um dos caminhos para a construção de uma sociedade democrática. Como referencial teórico-metodológico, optamos pela pesquisa nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2002/2008). Esta metodologia vem ao encontro de nossas concepções de pesquisa, principalmente no que tange a seu quinto movimento, pois xs sujeitxs são primordiais em nossas pesquisas. Para a leitura dos dados utilizamos o Paradigma Indiciário (Guinzburg, 1989). Como resultado pudemos perceber que a ausência dessa temática na formação inicial de professorxs, atrelado a não preocupação de docentes universitárixs, faz com que professorxs cheguem à escola sem saber lidar com corpos dissidentes.

Palavras-chave: Gêneros, Sexualidades, Formação de Professorxs.

**I – Introdução**

Um dos autores deste trabalho é formado em Geografia e enquanto pesquisador no campo de gêneros e sexualidades, assim como xs demais autorxs, sempre estiveram preocupados essa temática na formação inicial de professorxs, por entenderem que muitxs docentes não sabem lidar com corpos dissidentes, por não terem tido contado com esse tema em seus cursos de licenciatura.

Durante a graduação no curso de Licenciatura em Geografia na Faculdade de Formação de Professores (FFP), somente uma matéria abordou institucionalmente o tema de gêneros e sexualidades. Cabe ainda ressaltar que a universidade oferece ainda outras disciplinas que versam sobre esse tema, porém são optativas/eletivas, ou seja, nem todxs xs alunxs querem, podem ou necessitam cursar e isso influencia nos conhecimentos que são construídos nos cursos de licenciaturas.

A falta de trato é tão frequente e perceptível em relação a estudantes lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexo, assexuais, pansexuais e não binárixs (LGBTQIAPN+) que, em muitas escolas, onde já fizemos pesquisas ou atividades, não foi difícil encontrar quem desconhecesse o que significa o termo *homofobia*, que inclusive é um conceito inicial das fobias relativas à comunidade LGBTQIAPN+.

Quando buscamos conversar com professores em formação (e já formados) a respeito de questões envolvendo gênero e sexualidade, a resposta era quase unânime: não falamos sobre gênero e sexualidade em nossas aulas porque não tivemos preparo para isso! E de fato não tiveram. Ao longo dos anos do curso de graduação, a ausência dessas questões no currículo, dá margem para que o assunto seja facultativo. Ou seja, depende da vontade ou não dos professores universitários tratarem ou não essas temáticas em suas aulas. Isso mostra que dessa forma a mudança, uma escola mais acolhedora com professores e professoras que se encontrem preparados para lidar com as diversidades é quase uma utopia (ESCOLTO & TONINI, 2018, p. 189).

A ausência das temáticas dos gêneros e sexualidade nos currículos dos cursos de formação de professorxs é preocupante e sinaliza desinteresse e invisibilidade social do tema. Licenciandxs em formação sem contato com esses tipos de questões, estariam menos inclinadxs a se interessar também por essa discussão? Pensamos que sim e ainda que isso pode reforçar a situação de exclusão de quem mais sofre com isso, ou seja, as minorias sexuais e de gênero. Louro (1997) vai ressaltar que:

Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”. (LOURO, 1997, p. 81).

Como a autora destaca muito bem, os gêneros e as sexualidades nos perpassam a todo o momento, ou seja, fazem parte dxs sujeitxs, e por isso a importância de se trabalhar institucionalmente a temática.

É necessário lembrar que o Brasil é um dos países mais perigosos do mundo para a população LGBTQIAPN+. Algumas entidades fazem levantamentos sobre assassinatos/mortes de pessoas pertencentes a estes grupos. Em relação aos dados apresentados no relatório do ano de 2023divulgado em conjunto pela Aliança Nacional LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia (GGB), foram mortas 257 pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, ou seja, uma morte a cada 32 horas.

Mediante a tal exposição, percebe-se uma grande necessidade de se realizar pesquisas na intenção de elaborar projetos que visem à promoção da igualdade social e a não discriminação por conta da orientação sexual e identidade de gênero[[2]](#footnote-2). Acreditamos que, para a diminuição destes números, precisamos de iniciativas no campo da educação, seja capacitando docentes com palestras e cursos ou na elaboração de materiais educativos sobre gêneros e sexualidades para comunidades escolares e/ou universitárias.

**II – Metodologia**

O contato do pesquisador nos/dos/com os cotidianos, com xs sujeitxs pesquisadxs, *in locco*, permite recolher diversas informações, que são pistas, indícios e sinais (Guinzburg, 1989), muitas vezes inesperados, que ajudam a perceber algumas relações que atravessam o problema de pesquisa (SEPULVEDA, 2012). O cotidiano exige ver além daquilo que os outros já viram, e que o pesquisador:

(...) seja capaz de mergulhar inteiramente em uma determinada realidade buscando referências de sons, sendo capaz de engolir, sentindo a variedade de gostos, caminhar tocando coisas e pessoas e me deixando tocar por elas, cheirando odores que a realidade coloca a cada ponto do caminho diário. (ALVES, 2002, p. 17).

Além do mergulho que é um dos movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos, existem mais cinco: virar de ponta-cabeça, beber em todas as fontes, narrar a vida, literaturizar a ciência e o quinto movimento refere-se a relevância dos indivíduos praticantes que habitam os espaços escolares, [...] o que de fato interessa nas pesquisas *nos/dos/com os cotidianos* são as pessoas, os *praticantes*, como as chama Certeau (1994) porque as vê em atos, o tempo todo [...] (ALVES, 2008, pp. 45 e 46).

Os movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos vêm ao encontro de nossas concepções sobre como tecer uma pesquisa e por isso foi escolhida como metodologia para elaborar nossas investigações. Principalmente no que tange ao quinto movimento, pois xs sujeitxs são primordiais na nossa pesquisa. O nosso compromisso com xs sujeitxs LGBTQIAPN+ que sofrem processos de exclusão é um dos motivos que nos levou ao meu tema de investigação.

Posto isto, o primeiro movimento feito, foi a tessitura de uma pesquisa documental, realizada a partir de levantamentos no site de Ementário da UERJ[[3]](#footnote-3).

Tivemos a intenção de correlacionar o que está presente nas ementas das disciplinas oferecidas pelo departamento de Geografia da FFP com o PPP e com as narrativas de docentes que ministram algumas disciplinas. Com isso, pudemos acessar pistas, indícios e sinais (Guinzburg, 1989) que não foram encontrados nas fontes documentais, ou seja, para a leitura dos dados da pesquisa, utilizamos o Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989).

**III – Apresentação sucinta dos resultados**

Durante a pesquisa percebemos que muitxs professorxs estão atentxs as mudanças que vem ocorrendo na sociedade, principalmente no que se refere ao atual momento, ou seja, o avanço do neofascismo[[4]](#footnote-4) no Brasil e aos retrocessos que vem ocorrendo em pautas sociais importantes a partir do golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff.

Porém, não se pode estar atento a essas e outras mudanças na sociedade, como propõe os objetivos de disciplinas analisadas, e ficarem em silêncio, não colocarem nos documentos institucionais e principalmente não levarem para as suas aulas temas importantes para a construção de uma sociedade mais democrática. Como afirma Paraíso (1997) “É evidente que os estudos sobre currículo já não podem furtar-se a essas discussões, se realmente quisermos construir um currículo e uma educação mais democráticos em nossa sociedade” (PARAISO, 1997, 25).

A partir da narrativa de docentes entrevistadxs, percebemos que além dos preconceitos com a temática pesquisada há um problema com a burocracia, Silva (2011) afirma que o ordenamento burocrático dificulta a propagação dos conhecimentos, criando barreiras e fechando as portas para as temáticas dos gêneros e das sexualidades na geografia brasileira. Ou seja, não querem uma educação geográfica fora do armário.

As sexualidades, além de outros campos temáticos como gênero e raça, estão praticamente ausentes dos veículos considerados melhor qualidade da Geografia no país. O fato é, no mínimo, curioso, já que mais de 45% da população brasileira não é branca e 50% não é masculina. Além disso, a Parada Gay de 2011 na cidade de São Paulo conseguiu reunir 4,5 milhões de pessoas, e esse evento rendeu 175 milhões de reais ao município. Apesar dessa expressão social e, portanto, também espacial, essas áreas temáticas não despertam significativo interesse na Geografia brasileira. As ausências são construídas, e elas não podem ser consideradas como mero acaso, mas frutos de uma forma de pensar e agir que permeia o cotidiano acadêmico de produção científica. (SILVA, 2011, pp. 187 e 188).

 As ausências dessa discussão na geografia brasileira, demonstra um grande desinteresse de estudiosxs desta área de conhecimento pela temática sobre os gêneros e as sexualidades. Ainda de acordo com Silva (2009, p.36) “As discussões de gênero foram, durante muito tempo, equivocadamente interpretadas como problemas de mulheres que só interessavam a um pequeno número de geografas”.

Militar e investigar como os cursos de licenciatura em geografia se posicionam e entendem a importância da discussão dessas temáticas, é importante para viabilizar formações que atuem no preconceito contra uma população que já é tão marginalizada.

**IV – Referências**

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho ─ o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; \_\_\_\_\_\_\_. *Pesquisa no/do cotidiano das escolas:* sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_\_. Sobre os movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; \_\_\_\_\_\_. *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas:* sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

ESCOLTO, Cláudia Maliszewski; TONINI, Ivaine Maria. Gênero e Sexualidade: Onde estão essas questões no currículo da Licenciatura em Geografia da UFRGS?. *Revista Para Onde.* V. 10, N. 2, 2018.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PARAISO, Marlucy Alves. Gênero na formação docente: campo de silêncio no currículo. *Caderno de Pesquisa*. N. 102, 1997.

SEPULVEDA, Denize; CORRÊA, Renan; FREIRE, Priscila. *Gêneros e Sexualidades*: noções, símbolos e datas. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Dos Autores, 2021.

SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Yuri; SEPULVEDA, Denize. Neofascismo e educação em um contexto de fundamentalismo religioso cristão. In.: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R; CHABALGOITY, Diego. *(Neo)Fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. Rio de Janeiro: MV Serviços e Editora, 2020.

SILVA, Joseli Maria da. Os desafios para a expansão da geografia das sexualidades no Brasil e os limites do diálogo científico internacional. In: \_\_\_\_\_\_. SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. (Orgs.). Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

\_\_\_\_\_\_\_; Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: \_\_\_\_\_\_. *Geografias subversivas*: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

1. O uso do “X” nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. A língua portuguesa determina que o plural dos substantivos deva usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista a ser adotado em português. O uso do “X” é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática. [↑](#footnote-ref-1)
2. É a maneira como o indivíduo se enxerga em relação ao seu próprio gênero, ou seja, é como a pessoa se reconhece: homem, mulher, de ambos os gêneros, ou ainda não se identificando com nenhum dos gêneros. É um processo de construção ou desconstrução em relação ao seu comportamento social. (SEPULVEDA, CORRÊA E FREIRE, 2021, p. 49) [↑](#footnote-ref-2)
3. <http://www.ementario.uerj.br/>, acesso em 05/05/2021 [↑](#footnote-ref-3)
4. O termo neofascismo é entendido como uma construção histórica que ganhou força no último quartel do século XX e nas primeiras décadas do século XXI como uma radicalização conservadora. “O neofascismo aparece nos países centrais como um dos possíveis produtos da sociedade capitalista contemporânea; suas organizações se desenvolvem em Estados de conformação político-econômica neoliberal e se proliferam de modo espetacular” (POGGI, 2012, p. 12) pelo mundo após as crises do capitalismo do século XXI. (SEPULVEDA, SEPULVEDA E SEPULVEDA, 2020, p. 222). [↑](#footnote-ref-4)